

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA.

ANGRA DO HEROÍSMO, 25 de Janeiro de 2011

Aos vinte e cinco dias do mês de Janeiro de dois mil e onze pelas dez horas e vinte minutos, realizou-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, a reunião da sessão ordinária do Conselho de Ilha da Terceira.

A Sra. Conselheira Rita Branco procedeu à chamada, tendo-se registado as seguintes presenças:

- **António Gabriel Fraga Martins Maio** (*Presidente do Conselho de ilha da Terceira e Representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo*).
 - **Ricardo Manuel Rodrigues de Barros** (*Presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo*).
 - **Andreia Martins Cardoso da Costa** (*Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo*).
 - **Francisco Cardoso Pereira de Oliveira** (*Presidente da Assembleia Municipal da Praia da Vitória*).
 - **António Henrique Toledo Alves** (*Representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo*).
 - **Guilherme Ferreira de Melo** (*Representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo*).
 - **João Sanchez dos Santos** (*Representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo*).
 - **Ana Rita Meneses Branco** (*Representante da Assembleia Municipal da Praia da Vitória*).
 - **Rui Fernandes Nobre de Castro** (*Representante da Assembleia Municipal da Praia da Vitória*).
 - **Verónica Dalila Moules Bettencourt** (*Representante da Assembleia Municipal da Praia da Vitória*).
 - **Sandro Rebelo Paim** (*Representante da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo*).
 - **Carlos Valadão Santos** (*Representante da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo*).
 - **Fernando Gastão de Sousa Sieuve de Menezes** (*Representante das Associações Agrícolas – Fruter*).
 - **Paulo Manuel Simões Ferreira** (*Representante das Associações Agrícolas – AAIT*).
 - **José Manuel Ferreira Pimentel Dias** (*Representante dos Sindicatos – UGT*).
 - **Víctor Nelson Garcia da Silva** (*Representante dos Sindicatos – CGTP*).
- (Não se registaram presenças de quaisquer deputados).
-

O Sr. Presidente da Mesa, António Maio - «Faltam todos os deputados. Os Srs. Deputados do Partido socialista e o Sr. Clélio Meneses justificaram as suas faltas. Os restantes, estão reunidos em plenário na cidade da Horta, justificando, assim, as suas ausências.

Como é sabido, estabeleço contactos prévios com os Srs. conselheiros, no sentido de se conseguir uma data o mais consensual possível. Não se tendo conseguido uma data unânime, esta foi a que reuniu melhor consenso.

Temos um quórum bastante expressivo, apesar de duas faltas de última hora, do Sr. Francisco Oliveira e do Sr. Rui Castro. Com essas duas presenças, ficaríamos com um

quórum bastante significativo já que, praticamente, todos os membros estariam presentes. A assembleia de hoje é uma assembleia electiva, mas disso falaremos no último ponto.

Antes de entrarmos no período de antes da ordem do dia, gostaria de deixar aqui uma nota informativa relativamente às actas, já que temos duas em atraso para aprovação. A acta referente à reunião de 11 de Outubro realizada aqui neste Salão Nobre, chegou-me concluída às mãos no dia 11 de Janeiro e por motivos profissionais, não me foi possível fazer a sua revisão, já que estive fora uma semana inteira.

Vou ter agora um período relativamente calmo para poder rever essa acta e enviá-la aos Srs. conselheiros dentro de 3 ou 4 dias, fazendo novamente o apelo para que, na parte respeitante às intervenções de cada um, façam o favor de validar ou fazer alguma rectificação. Farei o mesmo relativamente à acta que recebi ontem, da reunião realizada na Praia da Vitória no dia 10 de Dezembro de 2010.

Hoje teremos o ponto 1 para tratarmos de assuntos relacionados com o órgão representativo da ilha. Normalmente tenho apelado para que, em situações idênticas, os Srs. deputados possam intervir, uma vez que esta matéria diz respeito a decretos que serão aprovados em sede de Assembleia Legislativa Regional. Por razões conhecidas, eles não estão presentes, mas esperam-se alguns contributos. A própria Mesa já reflectiu sobre o decreto e na altura própria, também daremos o nosso contributo.

Peço-vos também um minuto para vos informar da reunião tida com o Sr. Presidente do Governo. Lembro que, no próprio dia da reunião, enviei um e-mail para todos os Srs. conselheiros com a síntese dessa reunião entre o Sr. presidente e Sr. vice-presidente do governo e a Mesa do Conselho de Ilha. Lá estão evidenciados todos os tópicos. Não vou falar exaustivamente sobre eles, porque penso que as coisas estão relativamente claras. Se alguém dos Srs. conselheiros quiser debater algum dos aspectos ou tiver alguma dúvida, eu e os restantes membros da Mesa teremos o maior prazer em dar as explicações necessárias relativamente a cada um dos pontos.

A Mesa manifestou a sua preocupação em relação ao plano de investimento para a Ilha que é muito significativo e houve o reconhecimento das intenções e das concretizações do Governo Regional, já que todos os projectos alvitados estão em execução.

No que diz respeito ao Plano para 2011, esse reconhecimento foi feito com o pleno cumprimento das grandes opções do governo para a ilha Terceira, mas, num cenário de comprovada crise económica, financeira e social, há que estar sempre atento às respectivas execuções, por razões óbvias. O Conselho de Ilha manifestou de viva voz ao Sr. Presidente do Governo, essa preocupação e atenção redobrada que vai ter, relativamente às execuções das obras projectadas.

Da parte do governo regional dos Açores, o Sr. presidente manifestou toda a boa vontade em dar seguimento aos projectos já iniciados, apenas sendo admissíveis, pequenos e pontuais ajustamentos, e nunca alterações substanciais, perfeitamente justificáveis devido a alguma discrepância entre a execução financeira e execução física em alguns projectos.

“O ambiente foi excelente. Eu e os restantes colegas da Mesa tivemos a oportunidade de debater em pormenor todos os aspectos referenciados na síntese que vos foi apresentada.”

O Sr. conselheiro Francisco Oliveira entrou na sala às 10h26m.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. conselheiro Paulo Ferreira - «Bom dia à Mesa e restantes conselheiros presentes na sala. Como é do conhecimento através de notícias recentes nos órgãos de comunicação social, toda a gente sabia que, em Dezembro, a Associação Agrícola pretendia construir uma fábrica de lacticínios através de uma parceria 70/30 a seu favor. Quando tivemos esta ideia, projectámos as coisas a uma determinada dimensão, mas quando passámos à prática após um estudo de viabilidade económica, chegámos à conclusão que não era viável porque iniciava com uma capacidade esgotada sem possibilidade de crescimento.

Houve necessidade de fazer uma remodelação total do projecto inicial, que demorou um ano, o que não é muito tempo, visto não se tratar de um palheiro nem de uma casa, mas sim de algo muito complexo exigindo muitas consultas em termos de equipamentos, caldeiras, etc.

O que nos causa alguma desconfiança, é o facto de a medida encerrar uma semana antes de termos o projecto em casa. A comunicação social tinha-nos abordado para saber como estava o projecto, eu tinha dito que estaria pronto dentro de duas semanas e no princípio de Dezembro fechou a medida 1.7, através da qual candidataríamos esta construção aos fundos comunitários. Já conversámos duas vezes com o Sr. secretário, que nos disse que a verba estava esgotada, pois tinha 39 projectos e não podia fazer mais nada.

Todos nós sabemos que esta ideia causou algumas cócegas em alguém, nomeadamente na concorrência, não só na ilha Terceira. Se calhar ficaram com medo de se poderem desmascarar alguns fantasmas que existem e pairam no ar entre a indústria e a produção, mas foi assim que as coisas aconteceram. Nunca me dei por vencido em nada na vida, não o farei relativamente a esta situação. Vamos tentar outras alternativas, conversando um pouco acima e vamos ver o que se pode fazer.

Todos sabemos que na ilha Terceira temos apenas uma indústria de lacticínios significativa, além de duas queijarias de pequena dimensão e uma fábrica de iogurtes, mas isso é muito pouco.

Também é do conhecimento público que a única empresa de lacticínios que temos cá na ilha chamada PRNICOL, fixada penso que em 1990, 1991 ou 1992, deu lucro um ano ou dois e os restantes anos tem apresentado prejuízos atrás de prejuízos que atingiram os setecentos e tal mil euros em 2010.

Faz-nos impressão que, com todos esses prejuízos, S. Miguel com 4 indústrias, apresente lucros todos os anos, tendo algumas dessas indústrias, atingindo lucros na ordem dos dois milhões de euros o ano passado. Há aqui coisas que não se entendem muito bem, carecendo de alguma explicação por parte de quem as dirige.

Neste momento estamos tristes pelos agricultores e pela própria economia da ilha Terceira porque temos parceiros para o escoamento do leite.

O mais difícil numa indústria é o mercado e foi por aí que nós começámos. Tínhamos isso assegurado numa quantidade razoável. A própria direcção da UNICOL diz que o seu grande

problema, são os excedentes que causam prejuízo no final do ano. Se conseguíssemos retirar esses excedentes em mais-valias da ilha, toda a gente ficava a ganhar. Daí que eu digo que a não construção desta fábrica causa prejuízo aos lavradores e à economia da ilha.

Uma coisa é uma empresa com maioria de capital de fora que apresenta prejuízos consecutivos e a UNICOL, com 49,5% tem que apresentar o dinheiro desses mesmos prejuízos. É evidente que se está a vender num lado e a meter o dinheiro no outro. Todos nós sabemos como essas coisas funcionam e eu queria mostrar aqui o meu desagrado relativamente a toda esta situação que culminou com o fecho da medida à qual nós poderíamos candidatar a nossa fábrica.»

O Sr. António Alves entrou na sala às 10h31m.

O Sr. Presidente da Mesa, António Maio - «Sobre isso posso apenas dizer que, como tinha sido falado na reunião da Praia da Vitória, tomámos nota dessa preocupação, também expressa no memorando entregue ao Sr. Presidente do Governo que anotou a situação e todo o seu desenrolar já é conhecido. O conselheiro Paulo Ferreira acabou de expressar o seu descontentamento relativamente à medida.

O Conselho de Ilha serve para fazer alguma pressão, levar os assuntos a quem de direito quando tal é possível e pouco mais pode fazer. Compreendemos a sua insatisfação e a da sua Associação relativamente ao processo em causa.»

O Sr. conselheiro Fernando Sieuve de Menezes - «Bom dia a todos os conselheiros. Na última reunião do Conselho de Ilha na Praia da Vitória quis dizer alguma coisa relativamente ao município de Angra, mas não disse porque a Sra. presidente não estava e achei que não o devia fazer. Nessa altura queria referir que apreciei um trabalho feito na rua Conde Sieuve de Menezes do Largo de São Lázaro até ao cemitério, referente à excelente recuperação daquele passeio.

Há muitos anos que andamos todos a pedir que se faça alguma intervenção. Há muita gente que, por não andar a pé na cidade, não se apercebe que alguns dos problemas que existem no piso têm a ver com as obras de saneamento básico. Dou como exemplo, um local onde, desde essa altura, tem o passeio ao nível da estrada que provoca a queda a muitas pessoas, situação que se agrava em dias de chuva. Refiro-me ao passeio em frente à esplanada do café Central numa zona em frente a um restaurante que ali há, completamente ondulado com pedras antigas e muito lisas que fazem com que as pessoas caiam com muita facilidade. Já vi alguém cair ali.

A semana passada ao atravessar a Praça Velha, tive que retirar uma pedra para que um carro que ia passar por cima da passadeira em frente à Caixa Geral de Depósitos, não cortasse o pneu, porque a pedra estava revirada.

Já o meu pai, no tempo em que Dr. Joaquim Ponte era presidente da câmara, um dia perguntou-lhe se alguma vez tinha ido a pé até à Silveira. Cada vez que alguém põe os pés naqueles passeios, ora fica virado para o Pico, ora para S. Jorge. Tratando-se de pedras da calçada recuperadas, é impossível haver um piso aceitável, com dois hotéis naquela zona que movimentam muitas pessoas a pé.

Todas estas questões foram levantadas por mim noutros tempos e têm a ver com o ordenamento da cidade de Angra. Há muito tempo que deveriam ter sido feitas algumas recuperações a pouco e pouco, nada tendo a ver com a actual presidente da câmara que está cá há pouco tempo.

A semana passada, quando me ausentava da ilha, li no jornal e apercebi-me da polémica com a Praça Velha. Umhas pessoas sentem de uma maneira, outras de outra. Se não dissesse o que vou dizer, daqui a uns anos os meus filhos olhariam para a fotografia do pai e diriam que ele não fora muito discreto porque fora obrigado a aceitar determinados requisitos na reconstrução da sua casa para beneficiar de um apoio de 50% na construção da fachada. Tive que colocar uns tubos para esconder todos os fios de telefone e electricidade, o que não aconteceu na sede do S. C. Lusitânia, que beneficiou de um apoio de 90% e tem os fios todos pendurados nas paredes.

Há muito tempo que deveria ter sido feita uma intervenção na Praça Velha por causa das árvores. Em relação ao mobiliário, tudo é discutível. Sempre fui muito observador. A Praça velha será o contrário de uma casa moderna com uma sala muito bem decorada, possuindo à mistura, um móvel ao estilo do séc. XVI ou XVII.

Na Praça Velha há edifícios com centenas de anos, não se podendo enquadrar algumas coisas pouco aceitáveis. Comparando com a fotografia que vi e o documento que recebi em casa, acho que o quiosque que lá está, está muito bem enquadrado. Em termos de bancos, acho aquele desenho muito rectilíneo e não se adequa à Praça.

Há tempos, intervim numa reunião da Assembleia Municipal sobre os ditos foguetes que nos acordam à noite, fazendo-nos pensar que se trata de uma bomba no ultramar e nesse dia houve uma intervenção sobre o hotel de Angra. Obrigaram-me a manter a fachada como estava com todos os detalhes e estão há vários anos para colocar um brasão que parece que caiu inteiro dali abaixo. A coroa do império de S. Pedro caiu e desfez-se em cacos, por isso nunca se voltou a fazer outra em pedra. Aqui, caiu o brasão, ficou lá o buraco e obrigaram a reconstruir a casa tal como era no exterior.

Manifesto o meu desacordo pela harmonia pensada relativamente à Praça Velha. Deve ser feito o trabalho previsto relativamente às árvores e melhoramento do piso da periferia, mas façam um estudo sobre o mobiliário que melhor se enquadre na praça e seja aceite por toda a gente.»

A Sra. conselheira Andreia Cardoso - «Eu queria pronunciar-me sobre os dois assuntos aqui mencionados.

Sobre o primeiro, referente à fábrica da Associação Agrícola, a câmara municipal associou-se a este projecto por considerá-lo importante para o desenvolvimento do nosso concelho. Lembro-me da minha infância e das discussões de escudo acima e escudo abaixo por litro de leite, porque eram assuntos que diziam e continuam a dizer respeito a uma classe muito profissional que são os agricultores, que muito têm trabalhado para o desenvolvimento da sua actividade. As pessoas trabalham para rentabilizarem a sua actividade e esta fábrica parece-me importante para a rentabilização dos produtos. Por isso lamento que, pelo menos para já, tenha tido este desfecho.

A câmara municipal associou-se, cedendo gratuitamente à associação agrícola, um terreno na zona industrial e todos temos que trabalhar para que este processo tenha um desfecho diferente do actual ponto da situação.

Quanto ao que foi referido pelo Sr. conselheiro Sieuve de Menezes, fico satisfeita que tenha apreciado o trabalho efectuado na avenida Conde Sieuve de Menezes que, se bem se recorda, foi muito polémico na altura, porque cortámos as árvores que lá estavam para se repor o pavimento e colocar outras mais adequadas. Tudo isso levantou muita celeuma com artigos nos jornais, só faltando pessoas agarradas às árvores manifestando-se contra o seu corte. Isto está escrito, pode ser lido e relido. No entanto, é ponto assente que o trabalho foi bem feito quer ao nível da calçada, quer no que diz respeito às árvores que estão a assumir um porte interessante e dentro de poucos anos dignificarão aquele espaço.

Quanto aos problemas da calçada, há pouco mais de 6 meses atrás, a câmara municipal apresentou um quadro de acção para a requalificação do centro histórico da cidade decorrente de um levantamento exaustivo feito pelo departamento técnico da autarquia à sinalização da cidade, à sinalização turística, às condições das calçadas nos passeios e na rede viária e aos escoamentos das águas. Foram verificadas as diferenças dos bueiros de rua para rua procurando-se a sua uniformização, verificadas as condições do mobiliário urbano e quais as casas que se encontravam em ruínas, enfim, foi feito um levantamento exaustivo de todos os aspectos que condicionam a harmonia do centro histórico.

Deste levantamento exaustivo resultou um trabalho de calendarização e prioridade dos trabalhos a executar. Definiu-se como zona prioritária, a área compreendida entre a igreja da Sé e a rua de Santo Espírito, incluindo a Praça Velha. Ao falarmos da rua da Sé, referimo-nos a toda a sua extensão até ao Alto das Covas, incluindo a rua do Galo e a Ladeira de S. Francisco, que conduzem ao centro histórico.

Alguns destes trabalhos decorrem de administração directa da autarquia e foram iniciados no verão passado, designadamente: a correcção do Alto das Covas, a elevação das passadeiras e a correcção do passeio ao lado da Praça Velha. A praça propriamente dita, faz parte de um outro processo por administração directa. Todo o restante processo de levantamento de calçadas, sua reposição e uma série de outras intervenções, decorrem de um trabalho que será feito por empreitada.

O processo de empreitada de elaboração do caderno de encargos está concluído e estamos a fazer a articulação com todas as outras entidades que podem intervir, como a EDA, PT, ZON e SMAH. Havendo uma intervenção ao nível das calçadas, o trabalho tem que ser coordenado com todas estas entidades para que a câmara não realize obras hoje e no próximo ano, a EDA venha a abrir um rasgo em toda a extensão deste espaço. Muitas vezes ouve-se dizer que não há coordenação entre as entidades e estamos a trabalhar nisso.

Em primeiro lugar há uma empreitada que se pretende que tenha início ainda este ano e consta do Plano e Investimentos da autarquia para reposição das calçadas na zona mais degradada. Depois, dentro deste plano de acção e do calendário, interviremos na Praça Velha. Não podemos dizer que ela é a sala de visitas de Angra e depois dizermos que este não é o investimento prioritário. Vamos ver se nos entendemos; eu primo para ter a minha sala de visitas em condições para receber as pessoas lá em casa. É o que faz toda a gente, quer das cidades, quer das zonas rurais. Quando chega a altura das festas, toda a gente caía as suas casas primando pelos seus espaços. É o que queremos fazer na Praça Velha.

Mais uma vez se distorce o essencial do trabalho da autarquia o que vem sendo recorrente. Nesta intervenção de requalificação da praça, como disse o Sr. Fernando Sieuve, o essencial é a reparar a calçada, o único elemento de valor que lá existe. Os bancos já não são os originais, o quiosque tem 10 anos e também não é o original. Não são elementos culturais nem históricos, mas sim, peças de mobiliário das quais se põe e dispõe em função das diversas utilizações dos espaços.

Pretende-se remover as árvores porque estão a danificar a calçada e substituí-las por outras de porte mais adequado com raízes profundas, colocando manilhas para educar as raízes em profundidade para que durem mais tempo. Depois, retirar-se-á aquele rebordo à sua volta tornando toda a praça mais plana e acessível, colocando uma malha em ferro por cima como se vê em muitas cidades da Europa, para as educar, permitindo circular sem problemas.

Após algumas auscultações a entidades que entendemos que nos poderiam dar contributos importantes, concluímos que a actual localização dos bancos não é a original, encontrando-se desadequada ao princípio habitual numa praça.

Eu estou atenta a estas questões. Se visitarmos praças por toda a Europa, reparamos que normalmente, os bancos são colocados ao lado dos candeeiros. Os bancos da Praça Velha estão afastados e alertaram-nos para os reposicionar ao lado dos candeeiros.

Hoje em dia, a Praça Velha é um espaço com alguma dinamização cultural que importa continuar e melhorar com a necessidade de adquirir um palco digno, já que ali se realizam diversos espectáculos e concertos. É também necessária uma estrutura de iluminação digna de fácil montagem e desmontagem que não esteja agarrada às árvores.

Quanto ao acessório que rapidamente se torna no essencial, é evidente que há quem goste e não goste dos bancos, não consigo aferir se é uma maioria que gosta ou uma minoria que não gosta, mas acho que isso não é relevante. Considero este, o elemento de menor importância na intervenção da praça e se levantar assim tanta celeuma e a câmara municipal tiver que prescindir dele, prescindirá. Isto não é essencial. Essencial e está previsto, é retirar o estacionamento em frente à praça e reposicionar o quiosque entre as árvores, mais centrado de forma a permitir uma melhor visualização da fachada da câmara e da circulação automóvel enquanto a praça funcionar como rotunda.

Fizemos a apresentação pública de todo um projecto, amadurecido e discutido, interna e externamente. Estamos em perfeitas condições de iniciar a intervenção na Praça Velha com mobiliário e árvores adquiridas e homens em condições de intervir, porque até agora estivemos envolvidos noutros projectos. Os homens estão mobilizados para intervirem ali.

Levantaram-se uma série de discussões à volta desta questão e nós entendemos que é importante ouvirmos as pessoas, por isso fizemos a apresentação pública do projecto para que todos estivessem informados e colocassem as questões que entendessem. Não fizemos uma discussão pública de um projecto, nem escondemos que tínhamos o material adquirido, porque todo este processo constava do Plano e Investimentos da autarquia em 2010, que está executado. Ninguém escondeu o gato em cima da árvore. É um processo claro e transparente.

É nossa intenção começar a intervenção no que é essencial: a reposição da calçada, a substituição das árvores, a regularização do passeio em frente à câmara municipal e o processo de iluminação.

Se se colocam tantas questões à volta do mobiliário, se calhar será mais útil mantermos o mobiliário existente que não é o original nem é, quanto a mim, a melhor solução. Fala-se para aí em ergonomia, mas estes bancos não têm nada de ergonómico. Foi dito por aí que optámos por uns bancos de catálogo. Porquê? Devíamos ter contratado o Sisa Vieira para escolher os bancos para Angra? Será que, se isso tivesse acontecido, teríamos legitimidade para substituir os bancos da Praça Velha?

O Porto tem classificação como nós, todos os bancos do seu centro histórico foram comprados por catálogo e nós sabemos em que catálogo foram comprados. Uns parecem espreguiçadeiras para apanhar sol à beira-rio, outros são blocos de cimento nas principais praças da cidade e não vi nenhum levantamento, manifestação ou acção popular quanto a esta questão.

Hoje em dia, a tendência é a introdução de elementos contemporâneos em cidades históricas para que as pessoas se identifiquem nos espaços onde vivem. Se, ao contrário do que sempre pensei, que fossem elementos de identificação, se trata exactamente do contrário, não vale a pena insistirmos nesta questão. Dedicamo-nos ao essencial e deixemo-nos do acessório. Recolocam-se os bancos actuais, concentremo-nos no essencial e preservemos o nosso património que é a manta de tear da Praça Velha.

Estamos numa fase em que vale tudo. Penso que vem na edição do Diário Insular de hoje, a história do brasão da fachada do Hotel de Angra. Acho que o brasão se partiu e existe apenas metade. Estão a trabalhar com o museu de Angra e com o Dr. Maduro Dias para se encontrar uma pessoa que o possa redesenhar e outra que o possa executar. Também acho que se passou muito tempo e isso já deveria estar feito, mas de certo que o hotel teve outras preocupações com a sua rentabilidade.

Tratando-se de uma questão de prioridade de um particular, até que ponto a câmara municipal ou outra entidade qualquer, podem exigir a um sector com as dificuldades que todos conhecem, que se preocupe com o brasão na sua fachada? Penso que temos que ter um pouco de bom senso nestas questões.

Quanto à recuperação e ao sucessivo paralelismo que se tem feito entre a exigência na recuperação das casas no centro histórico e a intervenção na Praça Velha, se me permitem, não tem rigorosamente nada a ver porque a DRAC não questiona nenhum particular sobre o mobiliário que coloca dentro da sua casa. A DRAC, a câmara municipal e todas as outras entidades, estão preocupadas com o que é recuperável e não exigem que se construa de forma idêntica quando a recuperação não é possível.

Angra do Heroísmo possui a classificação de património mundial pelo seu conjunto arquitectónico e não por causa do mobiliário da Praça Velha ou pela sua manta de retalhos, que nem tão pouco é elemento de referência dos séculos XV, XVI ou XVII. Foi construída em 1950 e não deixa de ter valor por causa disso. A Praça Velha já foi mercado de galinhas e hoje é algo completamente diferente porque tem a ver com o uso que lhe damos actualmente.

Existe o ordenamento da cidade e o planeamento de intervenção e estamos a seguir todos os pressupostos. Há coisas que se podem fazer com os funcionários da câmara por administração directa e outras por empreitada, mas todas elas de acordo com o planeamento de intervenção no centro histórico.»

O Sr. Presidente da Mesa, António Maio - «Antes de conceder a palavra ao Sr. João Santos, queria agradecer à conselheira Andreia Cardoso pela sua intervenção muito esclarecedora. Estive fora toda a semana e quando cheguei é que me apercebi que havia uma grande polémica à volta disso. A Sra. presidente da câmara esclareceu-nos sobre o que está em jogo e qual a perspectiva da Câmara Municipal. Li a comunicação social e o que me é dito agora responde cabalmente a todas as dúvidas que eu próprio tinha.

Quando entrei hoje na Câmara, perguntei a alguém se haveria alguma alteração relativamente à malha urbana do calçado da Praça, porque não me apercebi bem se seria mantida. Confesso que, de acordo com algumas fotografias que foram apresentadas e pelo prospecto que recebi em casa, a configuração parecia diferente. De acordo com a resposta da Sra. Presidente da Câmara, haverá um realinhamento mas o resto será mantido integralmente.

Quanto ao resto, cada um terá a sua opinião e penso que grande parte da divergência de opiniões se deve ao tipo de mobiliário que a Sra. presidente não considera essencial, enquanto outros pensarão o contrário. Isso fica no juízo de cada um. O processo foi muito bem explicado e transparente e a Câmara tem competências que lhe são conferidas pela Lei para intervir nessa área. Da minha parte, agradeço a forma frontal e clara como as coisas foram ditas aqui.

Falou-se aqui no brasão. A Sra. presidente não está presente no momento, mas houve um deputado municipal do PSD que fez uma referência a este Salão Nobre que nos acolhe, com grande dignidade e uma decoração histórica que tem a ver com as raízes profundas da própria ilha, chamando a atenção para a ausência de qualquer elemento de referência republicana. A Sra. presidente da câmara referiu que se estava a tratar da colocação da bandeira nacional.

Não tenho nada contra os brasões ou referências monárquicas que respeito, embora não seja monárquico. Temos 100 anos de República e faz todo o sentido que este Salão Nobre faça referência a isso. Há aqui colegas que fazem parte da Assembleia Municipal e ouviram essa intervenção.

A Sra. conselheira Andreia Cardoso reentrou na sala.

Sra. presidente da câmara, eu referia-me à última Assembleia Municipal em que a Sra. assumiu a colocação da bandeira nacional e outros elementos de referência republicana no nosso Salão Nobre. Eu estou aqui há 5 anos e nunca me tinha dado conta, de que não existia aqui nenhum elemento referente à república.»

O Sr. conselheiro João Santos - «Bom dia Sr. presidente e caros colegas conselheiros. A minha intervenção será muito rápida e não me ouvirão a discutir a Praça Velha. Toda a gente já percebeu o que está por trás desta discussão e não vou alimentar as pretensões, (não os críticos, mas os que a eles se associam por oportunidade), de quem sonhou que

agora tinha na câmara de Angra um poder que, no dia a seguir às eleições, achava que não tinha.

Não vou discutir a Praça Velha, mas tenho uma pergunta para a Sra. presidente. Só decidi fazer esta intervenção quando me disse que iria retirar o mobiliário. Esta a ponderar retirar o mobiliário porque o conselheiro Sieuve de Menezes não gosta dele ou porque há um conjunto de críticos que falam mal do que se pensa fazer na Praça Velha?

Com todo o respeito que os cronistas me merecem, gostava de lembrar que aqueles que defendem alguma manutenção do que lá está, são exactamente os mesmos que há dez anos atrás crucificaram o então, presidente da câmara, por querer fazer o que agora está feito. Exactamente os mesmos, faltando apenas um: o professor Aurélio da Fonseca.

Disseram horrores da Praça Velha. Foram usados argumentos tão sólidos como: "...estamos contra esta intervenção porque o turista que chegue a Angra e se houver ali mesas e cadeiras, não consegue tirar uma fotografia limpa à fachada da câmara municipal". Este era um dos argumentos sólidos para se contestar o que está na Praça Velha.

Voltámos ao mesmo. As mesmas pessoas, 10 anos depois, defendem aquilo em relação ao qual, foram contra e criticam o que se pretende fazer. Decidimos retirar por causa disto?

A outra pergunta é para o conselheiro Sieuve de Menezes. Faço-lha a ele, como a poderia fazer a qualquer outro dos presentes. Retiramos aqueles bancos e o quiosque. Que bancos e que quiosque lá colocamos? Criticar e dizer que não gostamos, é muito fácil.

Poderíamos ter falado disto lá fora se a questão tivesse surgido. Gostaria de saber se as pessoas que dizem que não concordam com aquele mobiliário, têm uma concepção do mobiliário que queriam para ali ou se se limitam a dizer que não gostam daquele. Gostaria de saber se têm outra ideia e apresentam outra solução. Até agora toda a gente falou mal do que está, mas ainda não ouvi ninguém dizer: "Aquele quiosque não é digno da Praça Velha. Devia ser um quiosque assim ou assado. Aqueles bancos não são confortáveis, devia-se optar por estes ou aqueles...". Ninguém avançou com nada e limitaram-se a dizer: "Não gosto daquilo!"»

A Sra. conselheira Andreia Cardoso - «Sr. conselheiro João Santos. Acho que todos os políticos devem fazer um exercício de humildade. Entendo que o que está a acontecer é um desprestígio para Angra e não para mim, porque continuarei a ser angrense com capacidade para escrever o que penso para o resto da minha vida.

É desprestigiante para Angra e desqualifica-se a cidade quando se fala em acções populares. Eu queria requalificar, mas todos os dias se vê uma desqualificação permanente da nossa cidade. Em termos turísticos, é triste tentar promover um espaço, quando se lê e se escreve o que se tem visto sobre esse mesmo espaço.

De que vale tentar promover uma cidade internacionalmente, quando não acreditamos nela internamente e a descredibilizamos todos os dias, descredibilizando os seus políticos, as suas associações, as suas empresas e as pessoas uma a uma, tentando atingi-las pessoalmente e de todas as formas? De que vale estarmos aqui a enaltecer 100 anos de república falando de Eduardo Abreu, Augusto Monjardino ou Tomás de Borba? Todos eles tiveram que sair daqui para serem reconhecidos. Será que é isto que pretendemos para Angra?

Há tanta gente que não se pronuncia porque tem medo. Isso aconteceu na sessão de apresentação pública. As pessoas sentem-se inibidas em se pronunciarem perante a adjectivação que se faz das coisas, o que também acontece em assembleias-gerais de associações. Os angrenses têm medo de se pronunciar sobre as coisas. Quase vivemos uma opressão. Ao fim de 100 anos de república, as pessoas sentem-se oprimidas pelo poder da comunicação e por uma série de outras coisas; por isso, acho que não vale a pena. Vamos ao que é essencial.

Sr. conselheiro João Santos; a questão é recuar para que eu não contribua, mais uma vez, para desqualificar e descredibilizar Angra. Se o essencial é a manutenção de um elemento patrimonial, então vamos qualificá-lo. Acho que a discussão à volta dos bancos é ridícula para os angrenses e não os credibiliza de forma alguma.

Tive que ir ver à Constituição o que era uma “*acção popular*”, porque fiquei sem saber se ia acontecer alguma manifestação na Praça Velha. Afinal, é qualquer coisa que a Constituição prevê. Houve uma acção popular sobre o túnel do marquês em Lisboa, está lá feito e é muito útil, mas estive suspenso. Angra não se pode dar ao luxo de ficar suspensa por mais tempo.»

O Sr. conselheiro Guilherme Melo - «É só para manifestar o meu parecer acerca do projecto de requalificação da Praça Velha. Com todo o respeito pelo Conselho de Ilha, mas entendo que não é o local apropriado para esta discussão. Como também quero contribuir para o esclarecimento e melhoramento desse projecto, intervirei na altura própria na Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

Como sou uma pessoa que sempre procurou o consenso, gostaria de dizer que é bom que as pessoas se manifestem bem ou mal e cada um dá o que tem. Se expressam as suas opiniões é porque gostam da nossa Praça Velha e da nossa cidade. Fica muito bem à Sra. presidente da câmara ouvir as opiniões das pessoas e depois procurar consensos. Digo isto com a maior das sinceridades.

Quando estava na junta de freguesia, tive grandes problemas com uma tourada no Porto Judeu de cima. Quando as pessoas gostam de determinadas coisas, levam-nas à discussão.

Sra. presidente. Há que deixar assentar a poeira e, mediante a audição de várias pessoas, prosseguir com o que achar essencial.

Não gostaria de perturbar o Conselho de Ilha com o projecto de requalificação da Praça Velha.»

O Sr. conselheiro Pimentel Dias - «Sr. presidente, Srs. conselheiros. Vou procurar ser breve e não entrar em pormenores sobre a requalificação da Praça Velha porque acho que a solução que for encontrada durará por várias décadas, muito para além da actual presidente da câmara e dos presidentes que se seguirão.

A apresentação pública é importante mas, em minha opinião, deveria ter havido uma discussão pública, porque todos os contributos são importantes. A democracia é opinião e diversidade. A discussão pública de ideias e eventuais apresentações de projectos, permitiriam que as pessoas se expressassem plenamente.

Em democracia, todos os meios ao alcance do cidadão são válidos, sejam eles quais forem. Teria sido pertinente e importante, a possibilidade de uma discussão pública.»

O Sr. conselheiro Ricardo Barros - «Sr. presidente, Srs. conselheiros. Tenho estado aqui a pensar que a questão levantada pelo Sr. conselheiro Paulo Ferreira é muito idêntica à questão da Praça Velha. O que tem uma fábrica de lacticínios a ver com a Praça Velha? Se quisermos fazer a ligação, tem a ver com interesses instalados e a forma como S. Miguel age e a forma como os terceirenses agem. Enquanto S. Miguel age, os terceirenses discutem. Os terceirenses não querem.

Os terceirenses não queriam a via rápida porque era um monstro e hoje toda a gente diz: que maravilha! Os terceirenses não queriam o monumento ao toiro porque a rotunda era muito pequena, hoje toda a gente diz: que maravilha! Mas que raio de terceirenses somos nós? É esta a questão que nos deve preocupar a todos.

Pôr à discussão pública, é uma figura de retórica lindíssima. Governar não é perguntar sempre o que se vai fazer. Governar é decidir, ouvindo quem deve ser ouvido, como foi o caso, na altura certa. Não confundamos a apresentação pública, com uma discussão pública. Só quem é de má fé e não presta, é que diz o que não deve.

Paulo Ferreira; em relação à questão da fábrica, quando diz que “pretende colocar mais acima”, eu diria que este conselho teria a obrigação de tomar hoje, uma posição muito firme sobre essa matéria. Tenho dúvidas se, antes dessa conversa de “mais acima”, nós não vamos, com uma posição firme, clara e dura, bloquear um pouco porque, infelizmente, as coisas são assim.

Estou a 200% com o processo de construção da fábrica por todas as razões; pelas que foram aqui ditas e por outras que precisariam do dia inteiro para serem ditas. Este conselho não pode deixar de ter isto em linha de conta.»

O Sr. conselheiro Fernando Sieuve de Menezes - «O meu colega e professor assistiu a muitas intervenções minhas na escola e sabe que nunca coloquei questões sem ter soluções. A Sra. presidente respondeu a muitas coisas que não tinham nada a ver com o que eu disse. Fui tão apanhado de surpresa com a questão da Praça Velha como o Dr. António Maio porque também estava fora da ilha quando me fizeram uma pergunta e tomei conhecimento da situação. Estava no aeroporto para embarcar quando vi a fotografia.

Quando me refiro à Praça Velha, não digo que os actuais bancos ou mesas estão mal e até achei que aquele quiosque se enquadrava. Não sou, nem fui crítico em relação ao que querem fazer na Praça Velha. Daqui a 5 anos, o mobiliário pode já estar corroído pela ferrugem e ser substituído por outro. Trata-se de um problema de enquadramento e eu entendo que a cidade de Angra não pode ser toda antiga. Mereceu a classificação por algumas razões, podendo haver espaços de uma maneira e outros de outra.

Em casa, as pessoas podem ter um quarto com mobília mais antiga e um outro com mobiliário mais confortável e moderno. Que a praça é uma sala de visitas como disse a Sra. presidente, lá isso é. Também o disse e mantenho-o. É um espaço rodeado de edifícios muito antigos que pressupõe algum cuidado com o seu desenho e equipagem com mesas e cadeiras.

Concordo com tudo o que foi dito sobre um palco na zona e que deixem as estruturas de forma a colocar a iluminação e os postes como já o fizeram para as festas da cidade. Não vou desenhar soluções para isto porque também não desenhei o cais de cruzeiros,

contrariamente ao que disse o Sr. conselheiro e amigo João Santos. Simplesmente me limitei a fazer um risco, dizendo qual deveria ser o posicionamento técnico daquele equipamento, pelo conhecimento que tenho do fundo do mar e dos movimentos das marés naquela zona, por ter lá mergulhado muitos anos, como veio a ser confirmado pelo Sr. Capelos, uma pessoa muito conhecedora da matéria.

Sobre a monarquia e a república, gostaria de lembrar uma coisa: nós somos uns republicanos muito monárquicos. Em frente à FRUTER existe uma bandeira do tempo da selecção nacional, toda esfarrapada, pendurada num poste da luz. Não é admissível que se deixe ficar um símbolo da república e um símbolo nacional, naquele estado lastimável.»

O Sr. Presidente da Mesa, António Maio - «Queria relembrar que o período de antes da ordem do dia é de uma hora e estamos quase a esgotar esse tempo. Daria mais 10 minutos no máximo, para iniciarmos a ordem dos trabalhos. Dou a palavra ao Sr. conselheiro Vítor Silva.»

O Sr. conselheiro Vítor Silva - «Bom dia, Sr. presidente e colegas conselheiros. Depois da intervenção da Sra. presidente, eu não iria intervir. Faço-o para lhe dar os parabéns, porque nos deu uma explicação bastante completa do que se passa e, mais do que isso, foi inteligente e sensata no que disse depois. Há que distinguir o essencial do acessório e a Sra. presidente já percebeu isso. Penso que todos estamos de acordo com o essencial. É preciso fazer algumas obras e criar condições.

Já que existe uma discussão tão grande e há outras alternativas, a Sra. presidente referiu que se for preciso, o mobiliário que existe, fica em casa. Penso que esta é a melhor solução e também concordo que este não é o local para discutirmos esta situação tão aprofundadamente. Depois da brilhante intervenção da Sra. presidente, acho que perdemos muito tempo com este assunto. Não percebo que haja tantas dúvidas e que se tenham feito tantas perguntas.

Não concordo que se compare a questão da fábrica de lacticínios à situação da Praça Velha. A construção da fábrica é uma obra que todos os terceirenses consideram necessária e que não merece grande discussão. Em relação à Praça Velha, há situações que, embora sendo acessórias, merecem alguma discussão e tratamento diferente.

Esta fábrica tem uma importância muito grande ao nível da produção de leite, dos postos de trabalho que poderá criar e da concorrência que poderá gerar, três pilares fundamentais para a economia da nossa ilha. Não concordo com a comparação, embora perceba que foi feita de uma forma geral.»

O Sr. conselheiro Paulo Ferreira - «Ainda não me tinha pronunciado sobre a Praça Velha, mas, como pessoa amiga e mais velha que a Andreia, gostaria de dar um conselho. A minha vida é uma vida de decisões, não por estar na associação, mas porque toda a vida fui patrão e tenho que tomar decisões todos os dias.

Às vezes, quem toma decisões tem que ser surdo. A Andreia, como presidente da câmara, relativamente a estas e a outras obras que tem feito, a partir do momento que fez as auscultações que tinha a fazer, deve fazer as obras na Praça Velha e ponto final. Não há que olhar para trás.

Como disse o Dr. Ricardo Barros, relativamente à via rápida, muitas vezes fui interpelado sobre aquelas pontes, tudo eram problemas naquela via e hoje toda a gente gosta. É um

cartão-de-visita para quem chega porque finalmente há estradas em condições que ligam as duas cidades, o aeroporto e o porto da Praia.

O conselho que lhe dou é que, sigamos para a frente com a Praça Velha, bancos e tudo tal como está previsto. Quando acabar hão-de lhe bater palmas, porque tem sido assim.

Também lhe queria agradecer todo o apoio que nos deu desde a primeira hora, com a cedência do terreno para a construção da fábrica. É como diz o brasileiro: “bola para a frente”.»

O Sr. conselheiro João Santos - «À partida, este projecto apresentado pela câmara, tem logo um mérito e merece parabéns porque tem as primeiras árvores consensuais da ilha. Não há, na história da ilha Terceira, árvores consensuais a não ser no novo projecto de requalificação da Praça Velha. Ninguém se preocupou com o corte das árvores, porque resolveram cismar com os bancos. Se não estivessem ali os bancos e o quiosque, a esta altura estar-se-ia a discutir o corte das árvores da Praça Velha. Não tenha a mínima dúvida.

Discutiu-se sobre todas as árvores nas quais se tocou ao longo desta ilha. Quantas árvores tem a Praça Velha?

A Sra. conselheira Andreia Cardoso - «Umas 8 ou 10.»

O Sr. conselheiro João Santos - «Consegui 10 árvores consensuais num só projecto...»

O Sr. conselheiro Guilherme Melo - «Também há opiniões contra.»

O Sr. conselheiro João Santos - «Pois. É o que eu ia dizer a seguir. Sra. presidente, com todo o respeito que me merece, preciso de lhe dizer uma coisa: se acredita que, recuando a respeito dos bancos e do quiosque, vai calar aqueles que, de uma forma abjecta, têm enxovalhado o concelho de Angra, fará um exercício de humildade e outro de ingenuidade.

Eu percebo a sua intenção. O seu palco não é este e este não seria um problema deste conselho de ilha, não fosse alguém que, numa atitude mais que oportunista e baixa, tentou fazer deste, um problema regional, espalhando na imprensa dos Açores, enxovalhando os concelhos que se representa.»

O Sr. conselheiro Guilherme Melo - «Sr. conselheiro. O meu palco é este com os assuntos que eu entender. Entendo que este assunto não deve ser tratado no Conselho de Ilha e expliquei a situação.

Sobre os outros, não tenho e não sei se aceitaria qualquer procuração de outros partidos. Apenas respondo por aquilo que digo e não tenho problema nenhum em assumir discordâncias, porque tudo faz parte da nossa democracia e os gostos não se discutem.»

O Sr. Presidente da Mesa, António Maio - «Este tema está terminado e esgotámos também o nosso tempo.

Gostaria de fazer aqui uma pequena reflexão muito sucinta relativamente a algumas questões que aqui foram ditas e que tem a ver com o debate público, ouvir as pessoas e criar consensos.

Penso que a Dra. Andreia já deu provas que gosta de reunir consensos e partilhar informação. Quem participa nas reuniões da Assembleia Municipal como eu, conhece a auscultação que é feita, a forma exaustiva como as questões são levantadas e como tudo é debatido ao pormenor.

Acho que todos os deputados municipais e as pessoas que participam activamente no dia-a-dia da cidadania angrense, compreendem e aceitam essa decisão. Não vou discutir se a metodologia foi a melhor ou se deveria ter havido discussão pública ou não.

Como é sabido e público, eu sou um entusiasta apoiante deste Presidente do Governo Regional, desde a primeira hora, e há dias disse-lhe abertamente, olhos nos olhos, que havia um défice de informação. Ele não concordou e dei-lhe o exemplo da biblioteca pública que foi uma obra muito polémica, que eu não compreendia bem, mas um dia, tirei uma manhã para ir lá vê-la, pedi explicações como cidadão, explicaram-me e gostei do que vi relativamente à volumetria, espaços e enquadramento arquitectónico.

Poder-se-á discutir a sua localização, porque é evidente que, se eu morasse ali em frente e me tirassem a vista, também não gostaria. Hoje sou um apoiante daquela obra.

Quanto à via rápida, assim como muita gente, eu também discordo dos passadiços que ali estavam e não me venham dizer que, do ponto de vista estético, eles foram uma boa solução. Foi a solução possível, haveria outras, mas ainda bem que a obra foi feita.

Quanto ao cais de cruzeiros, em boa hora houve debate público promovido pelo instituto histórico da ilha terceira que deu excelentes resultados. Acho que toda a gente ficou esclarecida quanto às hipóteses e soluções.

Acho que a legitimidade da Câmara é total para fazer o que quer que seja. A explicação da Sra. presidente foi muito clara. Não ouvi ninguém dizer que aqueles bancos eram bons, que nem tão pouco são os originais. Pelo que me apercebi, a discussão não tinha nada a ver com a natureza dos bancos ou do restante mobiliário, indo mais no sentido de que, o que vai ser repostado, fosse melhor do que o que lá está.

Não quero monopolizar o debate, mas acho que não fica nada mal aos organismos, institutos e entidades públicas, auscultar as pessoas, dentro do possível. É evidente que vai haver uma fase de decisão que tem que ser respeitada, porque quem foi eleito para ocupar esses cargos, tem toda a legitimidade para actuar. Caso contrário, também se diria que Angra parou, não faz nada e quando alguém faz, cai-lhe toda a gente em cima numa atitude extremamente reactiva. Não acho que o debate público seja necessariamente mau. É bom e pode ajudar a resolver muitas soluções.»

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto 1 da ordem de trabalhos: - Assuntos relacionados com o órgão representativo da ilha.

O Sr. Presidente da Mesa, António Maio - «Como é sabido, fiz chegar a todos, o que recebi da Assembleia Legislativa Regional. Infelizmente não temos cá o presidente da comissão que nos ajudaria a dar uma explicação sobre o assunto. Temos um decreto legislativo regional que faz o enquadramento jurídico do Conselho de Ilha e creio que, o que nos é pedido, é um Parecer sobre eventuais alterações a esse decreto-lei.

Estão cá juristas que eventualmente poderão dar uma achega ou discordar da minha interpretação. Abro o debate para quem quiser intervir e dar o seu contributo relativamente a eventuais alterações deste regime jurídico do Conselho de Ilha.»

O Sr. conselheiro Rui Castro entrou na sala às 11h30m.

O Sr. conselheiro Pimentel Dias - «Independentemente do debate que se possa fazer neste momento acerca deste pedido da ALR, gostaria de formular uma proposta ao conselho.

Caso assim o entendam, poderíamos pensar na possibilidade de se criar uma comissão restrita que saia deste Conselho de Ilha para reflectir sobre o pedido da ALR, poder formular-se uma proposta que seria submetida a todos os Srs. conselheiros e considerarmos a possibilidade de, antes de acabado o prazo indicado até ao fim de Fevereiro, fazermos uma reunião extraordinária acerca da proposta criada por esse grupo restrito, tendo em atenção as indicações que possam ser dadas na reunião de hoje. Seria importante seguirmos essa metodologia se assim o entenderem, sem prejuízo do que se possa dizer aqui hoje.»

O Sr. conselheiro Rui Castro - «Bom dia a todos. Peço desculpas pelo meu atraso, mas por motivos profissionais, não me foi possível chegar mais cedo.

Concordo com a metodologia proposta pelo Sr. conselheiro Pimentel Dias, mas penso que a comissão está eleita por natureza. Faz todo o sentido que seja a Mesa deste Conselho de Ilha a ouvir algum jurista externo ou que faça parte deste conselho, para dar Parecer sobre as alterações a este decreto.»

O Sr. conselheiro Guilherme Melo - «Sr. presidente; sobre a oportunidade da criação, não me parece que agora seja a altura mais apropriada, uma vez que, o que me parece que aqui se pretende, é colher eventuais sugestões sobre o regime de funcionamento do Conselho de Ilha.

Parece-me que, em tempo oportuno, a ALR irá elaborar uma proposta que recolherá os Pareceres dos diversos Conselhos de Ilha. Se calhar, seria bom apresentarmos também nessa altura, o nosso Parecer sobre esse diploma.

Pelo que já li, não me parece que haja necessidade de grandes alterações ao diploma. No entanto, existe uma que proponho desde já: Permitir que os membros designados pelas assembleias municipais possam ser substituídos, para que, aquando da eleição na Assembleia Municipal, conste um membro efectivo e um suplente. Quem não pudesse estar presente, comunicaria ao seu suplente, de modo a permitir que haja sempre quórum. De resto, as competências do Conselho de Ilha já são amplas e permitem a todo o tempo, a emissão de Pareceres e a tomada de decisões de interesse para a ilha Terceira.»

O Sr. Presidente da Mesa, António Maio - «Queria apenas acrescentar aqui que, na reunião com o Sr. Presidente do Governo Regional avançámos sobre isso. Na altura, quisemos apresentar uma reflexão sucinta sobre o regime jurídico do Conselho de Ilha, falámos na necessidade de uma revisão a esse decreto-lei e o Sr. presidente informou-nos que isso estava a ser preparado na ALR.

Se for esse o interesse do decisor político, há algum pensamento jurídico que poderá levar a que esses Conselhos de Ilha se transformem em mini parlamentos de ilha, mas não passa de uma intenção. Penso que, nas Canárias, existem órgãos de ilha já com alguma capacidade parlamentar.

Relativamente à alteração do decreto actual, tínhamos falado na possibilidade de, no nº 2 relativamente à composição, se integrar dois representantes da economia social. Não digo isto por trabalhar nessa área, embora possa estar mais desperto para isso.

A economia social tem um peso efectivo, muito grande. No próprio conselho de concertação estratégica existem representantes da economia social, onde um dos vice-presidentes do conselho é oriundo dessa área.

A actividade económica está bem representada. Temos a Câmara do Comércio, associações agrícolas e os sindicatos, mas a economia social faz aqui alguma falta. Há outras IPSS além da Santa Casa da Misericórdia e faz algum sentido que tenhamos dois representantes dessa área.

Outra alteração teria a ver com a duração dos mandatos da Mesa no nº 1 do artigo 9º, que deveriam passar de um para dois anos. Isso já foi aqui falado várias vezes e o principal objectivo seria o acompanhamento do Plano Regional na perspectiva da sua ilha. Sabemos que uma das atribuições fundamentais deste conselho é poder dar o Parecer do Plano em relação à sua ilha.

Não faz nenhum sentido dar o Parecer em Outubro, na altura em que o Plano é proposto à discussão para depois, em Janeiro, dar-se o lugar a outra Mesa. Assim não acompanhamos a execução do Plano. De resto, é fazer coincidir com os mandatos dos membros oriundos das assembleias municipais. O regimento é muito claro: “Os mandatos dos membros eleitos nas assembleias municipais têm a duração de dois anos, podendo ser renovados”.

Não quero cometer nenhuma incorrecção, mas creio que temos feito mandatos de quatro anos. Estão aqui os presidentes de ambas as assembleias municipais e o Dr. Ricardo Barros talvez me possa ajudar nisto. Se calhar, deveríamos renovar a lista ao fim de dois anos. Pelo menos é o que diz aqui no regimento.

No que diz respeito às atribuições e competências, acho que o artigo 18º é bastante abrangente. Não me ocorre incluir aqui mais nada porque temos competências para falar de tudo, apesar de sermos um órgão meramente consultivo.

Há apenas uma alínea (h) que diz o seguinte: “Exercer as demais atribuições e competências que lhe são conferidas por legislação regional.” Desconheço qualquer legislação regional respeitante ao Conselho de Ilha. Convinha perceber isso um pouco melhor.

Finalmente, o artigo 13º. Este artigo é relativamente polémico, porque já foi aqui falado várias vezes e se relaciona com as participações dos Srs. deputados nas reuniões do Conselho. Para mim não é polémico, está perfeito e é como entendo que devia ser, mas a minha opinião vale o que vale.

Já houve aqui conselheiros que manifestaram a ideia de que os Srs. deputados não deviam participar nas reuniões do Conselho de Ilha e isto também deveria ser clarificado numa futura revisão do actual regime jurídico do conselho. Não sou jurista nem tenho

competências nessa área e este é apenas um pouco do meu trabalho de casa nas questões práticas que considero que deveriam ser alteradas.

Relativamente às substituições dos membros das assembleias municipais, é evidente que sim. Nada se refere aqui relacionado com isso. São eleitos pelas listas concorrentes segundo o método da média mais alta de D'Hondt. Nada é dito e acho que seria vantajoso haver membros substitutos. Concordo com a sugestão do Guilherme Melo relativamente a isso. Salvo erro, só podem ser substituídos os presidentes de câmara e os presidentes das assembleias municipais, conforme art. 10º.

Artigo 10º - Representação. "Os presidentes das assembleias municipais e os presidentes das câmaras municipais, nas suas faltas e impedimentos, podem fazer-se representar por quem, legalmente, os substitua no respectivo órgão autárquico". Isto não é extensivo a mais ninguém mas penso que as próprias câmaras de comércio, sindicatos e associações agrícolas, poderiam fazer-se substituir.

São estas as questões de ordem prática. Se o Conselho estiver de acordo, a Mesa pode elaborar um Parecer, incluindo essas alterações e fazer a proposta nesse sentido. Todos poderiam fazer-se substituir. Não é obrigatório, mas sim uma faculdade que se dá a cada instituição. Quando o efectivo não puder estar presente, será substituído pelo suplente. Em termos de quórum, facilita imenso o trabalho da Mesa.

Eu envio os e-mails e vocês vão-me respondendo, porque tenho uma matriz, vou vendo e tentando o quórum, perante quem puder estar presente. Tudo isto é compreensível porque as pessoas têm as suas vidas e não podemos obrigá-las a estarem presentes.»

O Sr. conselheiro Ricardo Barros - «O problema em relação ao Conselho de Ilha é um problema de fundo e não de cosmética. É saber qual a sua eficácia real tal como está consignado na legislação. Apesar de todo o trabalho feito pela Mesa, essa eficácia parece-me pouca, quando estão reunidas as duas câmaras municipais.

Imaginemos que o governo, por razões financeiras, precisa prescindir de uma obra aprovada em Plano. O Conselho deveria ou não ser ouvido de forma vinculativa? Somos um grupo de amigos, falamos de coisas muito genéricas, mas ficamos com um sabor amargo porque não há eficácia.

Não conheço o sistema espanhol sobre essa matéria, mas se calhar deveríamos ser arrojados e aprofundar a questão, caso contrário, continuaremos a chorar algumas coisas importantes para a ilha que não se concretizam, caindo em saco roto. Isso é muito pouco e todos nós temos muito mais a fazer pela nossa ilha, do que vir aqui lamentar e pouco mais.

Confesso que não sei qual a solução. Se calhar, a Mesa do Conselho de Ilha deveria tentar ouvir alguns especialistas na matéria. Não sei se haverá aqui alguém com conhecimentos profundos sobre isso e que possa ajudar, mas também não é difícil fazer uma pesquisa sobre o que se passa nas Canárias onde, pelos vistos, existe um órgão idêntico e depois fazer chegar à comissão, algumas ideias que possam por isso em prática.

Tenho algumas dúvidas se os deputados devem estar aqui da forma como estão porque têm quase tantos elementos como nós, que fomos eleitos de forma directa. São 10 e nós somos 14 ou 15. O presidente da Assembleia Municipal tem direito próprio de estar aqui, pode intervir e votar. O deputado não pode, porquê?

Outra coisa que me parece pouco razoável: nas ilhas onde há secretarias, o governo não tem obrigação de ouvir o Conselho de Ilha como o faz nas outras, o que me parece perfeitamente ridículo...»

O Sr. conselheiro Pimentel Dias - «Há ilhas onde o Conselho de Ilha não funciona. Em S. Miguel não funciona.»

O Sr. conselheiro Ricardo Barros - «...é mais uma demonstração de que isto não é levado a sério. Ou se faz uma alteração profunda para que tenha alguma eficácia, ou acabe-se com os Conselhos de Ilha. Nas ilhas onde não existem as tais delegações, há um momento por ano, em que se fala e isso poderá ter alguma eficácia.

Se eu visse que isto é completamente inútil, também não estaria aqui. Penso que o Conselho de Ilha deve ter mais utilidade e as suas opiniões, levadas em conta de outra forma.»

O Sr. Presidente da Mesa, António Maio - «Estou inteiramente de acordo. Peço desculpa por estar sempre a evocar a reunião com o Sr. presidente do governo, mas falou-se em relação a isso. No documento que têm em vosso poder, onde eu refiro: “reflexão sucinta sobre o regime jurídico do Conselho de Ilha”, o primeiro ponto que lá coloquei foi: “importância do Conselho de Ilha”, se o governo o considera importante, se é para continuar, de que forma e o que querem fazer disto.

Nós demos a nossa opinião achando que o órgão é importante mas precisa ser mais valorizado com alguma reformulação jurídica. Essa cosmética agiliza um pouco o seu funcionamento, mas a questão de fundo é saber se, o que aqui se debate, é importante e se isto serve para alguma coisa.

Aqui há uns anos, no início das nossas funções, os Srs. deputados fizeram sentir aqui neste plenário que era muito importante um Parecer do Conselho porque, como sabem, a ilha Terceira esteve 4 anos sem Conselho de ilha e eles iam para a ALR e para as comissões estudar o impacto dos decretos a nível da ilha. Faltando o Parecer do Conselho de Ilha, sentiam-se um pouco órfãos, desconhecendo o que os terceirenses pensavam sobre determinados assuntos.

Já tomámos aqui algumas decisões importantes. Sinceramente, não sei se serviram muito ou pouco, mas pelo menos, serviram como chamada de atenção. Refiro-me ao dossier da SATA quando equacionámos a problemática do desenvolvimento da ilha e não tenho dúvidas que a nossa intervenção foi muito importante para o Plano do Turismo, porque a ALR alterou completamente o que tinha previsto inicialmente.

A Câmara do Comércio, em boa hora, entrou aqui de forma empenhada e activa, esclarecendo-nos sobre o que estava em jogo. O próprio Aurélio da Fonseca disse que não votava, convencendo-nos a todos que se tratava de um mau projecto. Por unanimidade, alterámos aquilo tudo e a ALR levou em consideração a nossa alteração.

Concordo que são pequenas vitórias para um esforço tão grande. Pode-se melhorar um pouco, mas nós estamos aqui a fazer o nosso papel. Compete ao poder político, de forma empenhada, alterar isto.

Concordo inteiramente com o que o Dr. Ricardo Barros acabou de dizer e transmitimos ao Sr. presidente do governo, que este órgão devia ser melhor valorizado servindo como chamada de atenção para os problemas da ilha.

Não tenho o mesmo entendimento do órgão que alguns têm. Muitas vezes sou interpelado na rua e dizem-me: “aconteceu um problema e tu não falas, não intervéns. O que andas ali a fazer? O órgão não serve para nada. Ninguém se lembra que aquilo existe”. São opiniões.

O ordenamento jurídico que temos, não atribui poder executivo ao Conselho de Ilha, mas sim, às câmaras municipais e muito bem. Eu digo sempre que, nessas matérias, quem decide é quem deve falar. Não entendo que devo estar todos os dias a falar na comunicação social. Falarei quando for oportuno e me sentir mandatado pelos restantes membros do Conselho. A Mesa apenas é porta-voz e deve tomar uma posição sufragada pelo próprio Conselho. Quando houver necessidade de intervir nessa matéria, de certo que o faremos, mas apenas nesse âmbito.

Hoje teremos aqui a eleição da Mesa. Isto não é campanha porque vamos apresentar a nossa recandidatura. Este é o nosso entendimento. Quem pensar de forma diferente não deve votar em nós e apresentar alternativa. Isto pode ser melhorado e vamos dar o nosso contributo nesse sentido.»

O Sr. conselheiro Fernando Sieuve de Menezes - «Tudo o que foi dito também se enquadra bem na minha maneira de pensar, mas queria lembrar que cada ilha das Canárias gera um envelope financeiro. Têm uma organização diferente da nossa com um governo central que alterna entre as ilhas Tenerife e Gran Canaria, existindo um governo por ilha com aquilo a que eles chamam “Os conselheiros do governo”. Esses conselheiros são figuras mais ou menos equiparadas aos nossos directores regionais aconselhando na agricultura, no turismo, etc.

Em relação ao que disse o conselheiro Ricardo Barros, há 3 coisas importantes: primeiro, se o governo quer dar alguma importância a este Conselho, ele tem que ser sempre consultivo. É importante que haja conselhos de ilha e que o governo reúna com todos eles em todas as ilhas, pelo menos uma vez por ano. Já foi assim e deixou de o ser nas ilhas em que o governo passou a reunir; ou seja, nas ilhas Terceira, Faial e S. Miguel, o governo deixou de ter a obrigatoriedade de reunir com os conselhos de ilha.

O conselheiro Ricardo Barros disse outra coisa muito importante: para que este Conselho tenha alguma força, é necessário que tome decisões. É claro que não tomará decisões sobre a governação geral dos Açores, porque não pode. Imagine-se o que seria se cada Conselho de Ilha interferisse nas decisões políticas do governo. O Conselho teria algum poder, se houvesse um Parecer positivo em relação à proposta do governo para alterar o que, por ele, já foi definido.

Acho que a ALR não deveria tratar assuntos relacionados com qualquer uma das ilhas sem um Parecer prévio dessas mesmas ilhas e isso obrigaria à existência de um Conselho de Ilha. Penso que S. Miguel é a única ilha que não possui Conselho de Ilha. Quanto ao Corvo, acho que o Sr. presidente do governo reúne com a câmara municipal.»

O Sr. Presidente da Mesa, António Maio - «Há pouco, o conselheiro João Santos dizia que as árvores da Praça Velha eram consensuais. Ao nível do Conselho de Ilha temos conseguido consensos que seriam impensáveis noutra âmbito. Emitimos aqui vários

Pareceres com total unanimidade entre conselheiros que pensam de formas diferentes. Já conseguimos neste plenário, fazer convergir opiniões fundamentais para o interesse da nossa ilha, quer no caso do PROTA, do POTRA e sobre o próprio Plano Regional.

É o único órgão onde estão presentes: presidentes de câmara, presidentes de assembleias municipais, representantes de actividades económicas e sindicatos. Temos praticamente toda a gente aqui. Provavelmente, não haverá nenhum órgão ao nível da ilha, onde seja possível, de forma tão abrangente e diversificada, ouvir a opinião das pessoas. A sua eficácia pode e deve ser melhorada, mas tenho as minhas dúvidas quanto à forma como isso poderá ser feito.

Já tivemos aqui alguma eficácia e eu não posso deixar de falar sobre o turismo em que a ilha saiu muito beneficiada com o nosso contributo. Não quero dizer com isto, que os Srs. deputados em sede da ALR, não fossem capazes de fazer algumas alterações, mas com os Pareceres do Conselho de Ilha, tiveram muito mais força para as fazer.»

O Sr. conselheiro Pimentel Dias - «Acho que os conselhos de ilha devem ter uma natureza meramente consultiva e não vinculativa. A sua autoridade derivará das suas posições, da qualidade das suas intervenções e da forma como emitirá os Pareceres favoráveis ou desfavoráveis.

Na minha opinião, a actividade executiva de qualquer governo, não pode ficar vinculada ao Parecer de um Conselho de Ilha, sob pena de poder paralisar a sua acção governativa. A autoridade do Conselho de Ilha derivará da forma como trata e aprecia as matérias que lhe são sujeitas a Parecer, fazendo com que o poder legislativo altere as suas posições iniciais.

Mais uma pequena nota: acho que o mandato da Mesa do Conselho de Ilha deve ser equivalente aos mandatos dos órgãos do município com a duração de 4 anos para que seja criada estabilidade com os interlocutores que com ele, interajam. Não vejo nenhuma utilidade em mudarmos todos os anos os rostos da Mesa, podendo criar dificuldades ao normal andamento do órgão.

Reafirmo o que disse inicialmente. Se assim o entenderem, através da Mesa ou de um número restrito de membros designados por este conselho que pudessem reflectir nesta matéria, deviam reunir-se as ideias mais adequadas para apresentar à ALR. Acho que devíamos reflectir antes de apresentarmos um Parecer ou uma proposta, sem prejuízo de que, a proposta de decreto legislativo regional que venha a nascer da assembleia, depois venha aqui.»

O Sr. Presidente da Mesa, António Maio - «Isso ainda não foi reflectido pela Mesa mas parece-me ser uma boa opção. Podíamos tentar elaborar um Parecer e submeter à votação com sempre fazemos.

Se calhar, esta matéria requer alguma ponderação adicional. O método de trabalho para elaborarmos o Parecer até ao final do próximo mês de Fevereiro podia ser o seguinte: a mesa já tomou nota das alterações que aqui foram faladas. Pedíamos aos conselheiros que nos fizessem chegar por e-mail, eventuais alterações, a Mesa compilaria tudo e faria chegar a cada um de vós uma proposta final de Parecer. Assim teríamos mais tempo para aprofundar essa matéria e cada associação aqui presente poderia consultar os seus departamentos jurídicos. Depois farei uma síntese como fiz para a reunião com o Sr. Presidente do Governo onde fiz os possíveis por transcrever a quase totalidade das

questões que foram faladas na reunião da Praia da Vitória. Embora algumas delas fossem preocupações da própria Mesa, nós representámos os Srs. conselheiros.

Lembro-me de um ou outro pormenor. O conselheiro Guilherme Melo tinha falado no hotel da Serretinha, enfim, achamos que eram questões de pormenor, não significando que a ideia não fosse interessante. Tivemos a preocupação de tornar as coisas abrangentes. Se os Srs. conselheiros estivessem de acordo, sugeriria essa metodologia.»

O Sr. conselheiro Pimentel Dias - «Concordo com essa proposta desde que haja a possibilidade de reunirmos extraordinariamente, antes do Parecer ser enviado à ALR.»

O Sr. Presidente da Mesa, António Maio - «Não estava a pensar fazer uma reunião extraordinária para isso, mas se os Srs. conselheiros assim o entenderem, basta 1/3 das assinaturas, cerca de 7 ou 8, para a realização de uma reunião extraordinária. Se houver consenso nesse sentido, estou cá para isso.»

O Sr. conselheiro Pimentel Dias - «Acho que seria importante podermos discutir as propostas para as aperfeiçoarmos. É apenas uma sugestão.»

O Sr. Presidente da Mesa, António Maio - «Para marcarmos já essa reunião, o mês de Fevereiro já está muito em cima. Só precisamos de um prazo de disponibilidade e quórum para podermos reunir.

Os Srs. conselheiros querem-se pronunciar sobre a possibilidade da realização de uma reunião extraordinária para rectificação do Parecer final que a Mesa iria elaborar? Concordam? Então essa ideia fica já assente e quanto à data, veremos qual a melhor altura.»

O Sr. conselheiro Pimentel Dias - «Seria bom sabermos qual o prazo de entrega de sugestões.»

O Sr. Presidente da Mesa, António Maio - «A partir de agora o tempo está a contar contra nós. Façam o favor de mas fazer chegar rapidamente. Ainda hoje enviarei um e-mail para cada um para lembrar. Quanto mais cedo me fizerem chegar os contributos melhor, para que a Mesa tenha tempo de trabalhar isso. Façam-mos chegar até ao final da próxima semana. Os que não tiverem qualquer alteração a propor, digam-no também.

Se estiverem de acordo, encerramos aqui este ponto e passamos à eleição da Mesa.

A Mesa já apresentou aqui a sua intenção de se recandidatar no seu conjunto, exactamente com as mesmas pessoas nos mesmos cargos, mas vamos passar ao acto eleitoral. Se houver listas alternativas e se alguém se quiser pronunciar sobre isso, faça favor.»

O Sr. conselheiro Pimentel Dias - «A sua candidatura a presidente da Mesa é perfeitamente legítima, só sugiro que não volte a dizer que não sabe se vai ser candidato. De futuro, não cometa esse erro. É só isso que lhe sugiro.»

O Sr. conselheiro Ricardo Barros - «Vamos passar à votação que o Sr. conselheiro está muito inspirado hoje. Já fez passar duas propostas.»

A Mesa foi reeleita com 14 votos a favor, 1 voto contra e 2 votos em branco.

O Sr. Presidente da Mesa, António Maio - «Muito obrigado pela confiança depositada na Mesa, faremos os possíveis por corresponder à vossa expectativa.

Embora não saibamos a data concreta, ficamos já com a próxima reunião em perspectiva, renovando o apelo para que me façam chegar os vossos contributos até ao final da próxima semana.

Muito obrigado por tudo e boa tarde.»

A reunião do Conselho de Ilha da Terceira encerrou às 12h15m.

Angra do Heroísmo, 25 de Janeiro de 2011.

O presidente da Mesa,

O primeiro secretário,
